

# DESIGUALDADES DE GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO CENÁRIO BRASILEIRO

---

Moema de Castro Guedes

Departamento de Ciências Sociais da UFRRJ

E-mail: mogueudes@yahoo.com.br

Clara Araújo

Departamento de Ciências Sociais da UERJ

E-mail: claramaria.araujo@gmail.com

**Resumo:** O inventário do século XX tem como forte registro o protagonismo das mulheres em relação à alteração de seus lugares e posições sociais. Este é um lado da história. O outro, é o da permanência e da reprodução de elevadas desigualdades sociais entre os sexos, apesar da generalização das conquistas em termos de direitos políticos, civis e sociais em favor das mulheres. O mercado de trabalho se configurou como um locus de análise que reflete as rupturas e continuidades nas desigualdades de gênero. Analisar o trabalho das mulheres implica pensar, também, as formas como sua vida doméstica e familiar mediam suas atividades públicas. Diante disso, o presente estudo ressalta alguns traços centrais dos deslocamentos dos lugares tradicionalmente ocupados pelas mulheres a partir dos resultados mais recentes de diversas variáveis da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD/IBGE).

**Palavras-chave:** desigualdades de gênero, mercado de trabalho, vida familiar e doméstica

**Abstract:** The women's prominence in terms of changes in their places and social positions is one of the most important registers of the 20<sup>th</sup> century inventory. This is one side of the story. The other is the permanence and reproduction of great social inequalities between sexes, despite the generalization of women's achievements in terms of political, civil and social rights. Labor market has become an analytic locus that reflects ruptures e continuities in gender inequalities. Analyze women's work implies too, in the need of think about the ways domestic and family life impact their public activities. In this context, this study highlights some central aspects of the shifts at places traditionally occupied by women based on the mostly recent results of several variables from the *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD/IBGE).

**Key words:** gender inequalities, labor market, domestic and family life

Analisar o trabalho das mulheres implica pensar, também, as formas como sua vida doméstica e familiar mediam suas atividades públicas. Então aqui são ressaltados alguns traços centrais e o perfil da estrutura familiar brasileira e dos deslocamentos dos lugares tradicionalmente ocupados pelas mulheres. As intensas mudanças assistidas na identidade feminina, seja no âmbito privado seja no público, marcaram e redesenharam de modo mais acentuado o perfil da família brasileira nos últimos vinte anos. Em linhas gerais, apesar de a composição majoritária continuar sendo o casal com filhos, outros tipos de arranjo vem emergindo de forma crescente. Enquanto em 1998, 55,8% das famílias brasileiras eram compostas deste modo, em 2008 o peso relativo deste arranjo cai para 48,2% (Tabela 1). Reflexos diretos de uma maior valorização do *ethos* individualista, o aumento relativo do peso de indivíduos que moram sozinhos e casais sem filhos são a maior expressão das mudanças observadas. Em 1998 estes arranjos respondiam por, respectivamente, 8,4% e 13,6% das famílias. E em 2008 alcançam 11,6% e 16,6%, respectivamente. Mesmo no arranjo mais tradicional, do casal com filhos, a família brasileira vem diminuindo, o que reflete, também, os significativos aumentos nas taxas de participação laboral feminina e as sucessivas quedas no número médio de filhos por mulher. Essa tendência ganha relevância no contexto brasileiro já que a Taxa de Fecundidade Total observada a partir de dados da PNAD 2008 é 1,89 filhos por mulher, o que representa menos que a reposição populacional no longo prazo. Apesar da proximidade com o equilíbrio (a reposição exata seriam 2,1 filhos por mulher) o fato de tratar-se de uma medida que sintetiza experiências reprodutivas bastante diversas chama atenção para a realidade de alguns segmentos sociais nos quais estas taxas se encontram bastante abaixo da reposição.

Essa problemática remete diretamente às relações de gênero, uma vez que o fenômeno aparece como resultado de uma dissonância entre os avanços femininos no mercado de trabalho e a permanência das tarefas relativas ao cuidado com os filhos quase exclusivamente sob responsabilidade das mulheres. A constatação de que os avanços das mulheres no campo profissional não vêm sendo acompanhados por um processo de “desnaturalização” dos tradicionais papéis femininos vinculados ao nascimento de filhos e pela desconcentração do trabalho reprodutivo na figura da mãe, parece fazer com que esta experiência seja postergada até um limite máximo possível ou mesmo deixe de figurar nos planos de algumas mulheres, particularmente daquelas pertencentes aos segmentos mais escolarizados da população brasileira.

Em relação à última década, é clara também a tendência de aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres (ou que tem a pessoa de referência do sexo feminino), que passam de 25,9% em 1998 para 34,9% em 2008. Deste contingente, 5,9% eram famílias unipessoais, 9,1% famílias com cônjuge e 19,9% sem cônjuge (Tabela 2). Esse crescimento aponta para uma nova realidade, na qual muitas famílias têm na figura feminina o único ou principal provedor. Entre os domicílios nos quais habitam apenas a mulher com os filhos houve um pequeno aumento de peso relativo, que passa de 16,7% em 1998 para 17,2% em 2008 segundo dados da PNAD. Esse segmento, que apresenta o maior peso relativo dentre os arranjos chefiados por mulheres, engloba uma ampla diversidade de situações, o que impossibilita uma análise unívoca. Indica-se uma relação negativa entre a variável escolarização da mulher e a vulnerabilidade dos domicílios chefiados por elas. Contudo, há estudos que invertem a lógica comumente acionada, e sugerem que a chefia feminina representaria um reflexo da maior autonomia das mulheres e sua capacidade de automanutenção em relação àquelas que moram com o marido (Garcia e Oliveira, 2005). Em linhas gerais, essa ideia parte da constatação de que muitas mulheres não chegam a se divorciar por não terem como manter-se sem o salário do marido e que, por vezes, a realidade de contar apenas com seu próprio salário as empurra para um maior investimento na disputa por um bom emprego e progressões no mercado de trabalho.

Outra mudança importante observada na última década é o aumento expressivo dos casais de dupla renda, ou seja, onde ambos os cônjuges estão inseridos no mercado de trabalho. Entre 1996 e 2006, enquanto o conjunto dos casais de dupla renda (com ou sem filhos) passou de 29,7% para 41,1%, os demais casais, isto é, aqueles sem dupla renda, tiveram uma grande queda relativa, passando de 43,1% para 26,3% (síntese dos indicadores sociais do IBGE). Em suma, as principais mudanças destacadas em relação à configuração familiar no Brasil seriam: crescimento dos domicílios de tamanho reduzido, com baixa presença de filhos pequenos e com maior inserção produtiva dos cônjuges.

Essas mudanças nos arranjos familiares, aqui brevemente mapeadas, refletem diretamente o avanço no processo de entrada e investimento das mulheres no mercado de trabalho. O crescimento da chefia feminina nas famílias ao longo da última década mostra que os segmentos que mais se expandiram foi o das mulheres que vivem sozinhas ou que são a pessoa de referência, mesmo quando existe um marido em casa. No entanto, o

arranjo de mulheres que vivem somente com os filhos continua sendo o que apresenta maior peso relativo. Cada um destes arranjos familiares chefiados por mulheres apresentam dinâmicas bastante distintas do ponto de vista do acesso à renda. O dado mais interessante é que nem sempre as famílias que estão em pior situação são as chefiadas por mulheres. Embora o peso destas famílias entre os mais vulneráveis continue expressivo.

Diante destes processos, sugere-se que as tendências observadas podem contribuir para a redução da pobreza se houver políticas públicas adequadas para garantir a pré-escola para as crianças e a inserção produtiva para os pais (Alves e Correa, 2009).

## **Posições na família e renda**

É bastante consensual entre os estudos de gênero a ideia de que o lugar das mulheres na família influencia seu tipo de inserção laboral. A participação das mulheres em atividades extra-lar depende não só das oportunidades efetivamente existentes no mercado de trabalho, mas também das possibilidades determinadas pela posição que elas ocupam na família e pela classe social à qual pertencem (Bruschini e Rosemberg, 1982).

Estudo mostra que três situações familiares se destacam como aquelas nas quais se encontram as mulheres mais inseridas no mercado de trabalho e com os salários significativamente melhores que as demais: (i) as que vivem sozinhas; (ii) as chefes de casal sem filhos; (iii) e as chefes de casal com filhos independentes sem parentes. Nos três grupos, além da ausência de filhos morando no mesmo domicílio, há a característica das mulheres serem chefes. Esse dado reflete o quanto, lamentavelmente, a maternidade ainda apresenta efeitos negativos na inserção feminina no mercado de trabalho, seja na participação, seja no nível salarial (Sorj, 2006).

A comparação de indicadores femininos com os masculinos é fundamental para um olhar menos compartimentado da questão. Conforme se mostrou em estudo com base em dados da PNAD de 2007 (Oliveira, 2009), as mulheres chefes de domicílio, e que vivem somente com os filhos, apresentam indicadores muito mais próximos aos dos homens na mesma situação que os observados na população total. A variável posição na ocupação mostra que 31% destas mulheres estão empregadas com carteira assinada, contra apenas 27% dos homens na mesma condição e 12% delas são funcionárias públicas contra apenas 6% dos homens. Em

relação à contribuição previdenciária 50% delas era contribuinte contra apenas 44% dos homens. No entanto, quando analisamos o rendimento médio mensal os indicadores masculinos são melhores. O que os dados nos dizem é que apesar de, na média, terem rendimentos inferiores aos dos homens que também vivem sozinhos com os filhos, as mulheres que estão nesta situação possuem uma situação laboral mais estável que a masculina na mesma situação.

Independentemente do lugar feminino na família, é expressivo o processo de aumento de peso relativo da renda das mulheres dentro da renda das famílias na última década. Como mostra o balanço do IPEA relativo a dados da PNAD de 2007, enquanto em 1992 as mulheres contribuíam com apenas 30,1% da renda familiar, em 2007 essa proporção passou a ser 39,8%. A PNAD de 2008 continua a mostrar essa tendência indicando uma elevação para 40,6% de participação na renda. Já a proporção de mulheres cônjuges com participação na renda passou de 39,1% em 1998 para 64,3% em 2008. Esse dado mostra a fragilidade atual da percepção ou argumento sobre o caráter secundário ou apenas complementar do trabalho feminino no provimento das famílias, assim como da clássica dualidade de organização familiar – homem provedor e mulher cuidadora.

Os dados da PNAD 2008, que comparam o rendimento familiar *per capita* segundo o sexo da pessoa de referência (Tabela 3) mostram que há importantes diferenciações, dependendo do tipo de arranjo em questão. Entre os domicílios unipessoais a distribuição de homens e mulheres é bastante próxima, chegando a ser mais favorável a estas, que estão menos concentradas no pior estrato. Entre os casais com filhos, a renda familiar *per capita* continua sendo um pouco superior nas famílias cuja pessoa de referência é uma mulher. No arranjo de pessoa de referência com filhos e sem cônjuge, independentemente do sexo, percebe-se uma maior concentração nos piores estratos. Essa queda reflete diretamente a ausência do segundo provedor. No entanto, a distribuição feminina é consideravelmente pior que a masculina. Enquanto 30,4% das famílias de mulher com filhos têm uma renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo por pessoa, apenas 21,1% das famílias monoparentais masculinas encontram-se nesta situação. Ou seja, as famílias com mulheres chefes, sem cônjuges e com filhos permanecem com graus de precariedade mais elevados. Em linhas gerais podemos afirmar que do ponto de vista estritamente da renda, há uma perda clara entre as famílias que contam com apenas um rendimento e que as mulheres que vivem só com os filhos ainda não conseguem al-

cançar os mesmos rendimentos que os homens na mesma situação. Esse quadro aponta a necessidade de estudos que aprofundem o olhar sobre esse segmento de mulheres que vivem somente com os filhos, inclusive porque a ideia de que as famílias chefiadas por mulheres sofreriam uma situação de maior vulnerabilidade é discutível e já foi problematizada pela literatura (Lavinias, 1996). A caracterização mais precisa deste contingente, que apresenta o maior peso relativo dentre os arranjos familiares chefiados por mulheres, permitiria políticas públicas mais eficazes no sentido de enfrentar o histórico de pior acesso à renda desse grupo.

## **Mulheres no mercado de trabalho: emprego, desemprego e formalidade**

Até o momento, as mulheres foram pensadas em sua relação com o contexto familiar. Mas importa, sobretudo, apresentar um quadro geral e, ao mesmo tempo sucinto, de sua condição como indivíduo no mercado de trabalho, tal como se pensa o Mercado pelo Mercado. O crescimento constante da População Economicamente Ativa/PEA feminina é o aspecto mais evidente, sem dúvida. Em 1991 as mulheres eram 32,5% da força de trabalho e em 2008, já alcançavam 43,6% da PEA. Entre 1998 e 2008 a população feminina ocupada passou de 42,0% para 47,2% (Tabela 4). Como mostramos, chama atenção, especialmente, o crescimento da participação das mulheres casadas e/ou das mulheres com filhos. Mas isto não ocorre só no Brasil. Trata-se de tendência internacional. No segmento de 30 a 49 anos, período em que há o ápice da participação laboral feminina, esse nível é semelhante aos de outros países latino-americanos e europeus. Outro dado que confirma tendência já identificada anteriormente é relativo à participação das idosas no mercado de trabalho. Esta participação, segundo vários estudos, se relaciona, também, às necessidades de complementação de renda das famílias mais pobres. Em termos comparativos (Tabela 5), vemos uma melhora na diminuição do trabalho de adolescentes de 10 a 14 anos. Mas nos demais grupos etários há um aumento da proporção de mulheres ocupadas.

As características que marcam o ingresso no mercado de trabalho incluem as taxas sistematicamente mais elevadas de desemprego para as mulheres. E estas são as mais afetadas também em situações de crise econômica, conforme se discutiu anteriormente. Em 2008, enquanto a taxa de desocupação masculina era de 5,2%, a feminina era de 9,6% (PNAD, 2008).

Conquanto os fatores e as trajetórias de desemprego sofram variações entre os contextos, há fatores comuns e, entre eles estaria a característica da ocupação das mulheres – trabalhos menos qualificados, portanto, mais precários, o que pode implicar maior facilidade para a reposição e menos custos para a demissão. Por sua vez, as condições e os padrões do desemprego tendem a reforçar as situações adversas, numa espécie de ciclo de reprodução da precariedade. Há evidências empíricas que mostram que as implicações do desemprego para as trajetórias futuras dos indivíduos tendem a ser condicionadas de maneira distinta pelas características das políticas de emprego e por clivagens como sexo e condição social, sendo que o sexo surge como um marcador que organizaria as chances dos indivíduos nos diferentes tipos de percursos (Guimarães e Brito, 2008). A precariedade nas condições de trabalho é mais acentuada entre as mulheres. A formalidade ou informalidade é um indicador consistente dessa precariedade. Embora todos os estudos apontem para o aumento do emprego formal feminino, os dados ainda evidenciam maior vulnerabilidade das mulheres, conforme pode ser visto na Tabela 6. Esse traço não é particular ao Brasil e é bem comum à América Latina. Em 2006, a taxa de informalidade das mulheres ocupadas na Região era de 50,7%, contra 40,5% dos homens (Cepal, 2009). Pode-se dizer que essa tendência constitui um traço internacional (OIT, 2008).

## **Tipos de Emprego, renda e jornadas de trabalho**

O fato de as tarefas domésticas ainda estarem concentradas sob sua responsabilidade faz com que as mulheres tenham jornadas menores no mercado de trabalho, mais dificuldades de progressão na carreira e trajetórias laborais mais descontinuadas ao longo da vida produtiva. Dados da PNAD de 2008 (Tabela 7), mostram que a distribuição em estratos de horas semanais trabalhadas é bastante distinta entre homens e mulheres e, de forma geral, as mulheres ainda estão dedicadas ao trabalho dito produtivo de forma mais diversificada em sua carga horária do que a população masculina. Enquanto na população masculina há uma clara concentração no intervalo entre 40 e 44 horas semanais (39,4%), seguido do maior estrato, 49 horas ou mais (24,4%), nas trabalhadoras os maiores pesos relativos ficam entre 40 a 44 horas semanais (34,1%) e 30,3% que dedicam 15 a 39 horas. O trabalho em tempo parcial parece ser uma realidade vivenciada por vários segmentos de mulheres. Em geral são estes os trabalhos que pagam menos, são mais precários e onde as possibilidades de ascensão em carreira são menores.

Permanece grande diferencial por sexo em relação à posição na ocupação dos trabalhadores (Tabela 6). Em 2008, 38,4% dos trabalhadores estavam inseridos como empregados com carteira, enquanto apenas 29,2% das mulheres estavam nesta situação. No segmento de empregadores, o mais valorizado socialmente, encontramos 5,6% dos homens, e quase a metade, 2,9%, das mulheres. Os trabalhadores por conta própria, que englobam diversas situações, têm um peso de 23,5% na população masculina e 15,8% na população feminina. 13,7% das trabalhadoras eram empregadas sem carteira assinada. O maior peso relativo das categorias de trabalhador na produção para consumo próprio e trabalhadores não remunerados também reflete o quadro de maior precariedade do trabalho feminino. Duas dimensões chamam também atenção na distribuição das trabalhadoras: a primeira é o maior peso do funcionalismo público (9,3%), que pode apontar para estratégias laborais que visam a estabilidade, a segunda é o peso ainda alto do enorme contingente de trabalhadoras domésticas, que chega a quase 16% na população de mulheres e não alcança sequer 1% entre os homens.

Muitas das desigualdades entre homens e mulheres mapeadas em forma de tendências mais gerais sobre o mercado de trabalho, são reflexo do fato de a mão de obra feminina continuar sendo, em grande parte, formada pelo grande contingente de trabalhadoras domésticas. De fato, esse é o segmento mais vulnerabilizado em termos de condições de trabalho, em respeito à legislação trabalhista vigente, e à impossibilidade de qualificação profissional que permita progressão ao longo da vida laboral. Com ou sem carteira assinada seu patamar salarial é o mais baixo em relação ao rendimento médio da categoria (Tabela 9). A comparação com o pequeno grupo de homens que exercem este tipo de ocupação mostra que os diferenciais salariais por sexo se mantêm até mesmo nesse grupo. Os trabalhadores deste segmento sem carteira, por outro lado, têm em média rendimentos 40% mais baixos (bastante inferiores inclusive ao valor do salário mínimo estipulado no período), o que evidencia a necessidade de políticas públicas que assegurem o acesso destes trabalhadores aos direitos trabalhistas básicos. A menor desigualdade entre homens e mulheres observada neste grupo reflete o patamar próximo da subsistência, onde todos são estruturalmente mal remunerados.

No que tange aos diferenciais salariais por sexo de cada um destes tipos de ocupação (Tabela 8) vemos que, em qualquer situação, as mulheres ganham menos do que os homens, mas há variação nessa diferença. A



maior distância encontrada é nos trabalhadores por conta própria, onde o rendimento médio feminino representa 65% do masculino. Este é um dado interessante se pensarmos que grande parte dos investimentos direcionados ao incentivo e qualificação da mão de obra feminina no mercado de trabalho tem como foco a ideia do empreendedorismo e dos micronegócios. Cabe indagar-nos em quais segmentos as mulheres estão sendo inseridas e em que medida as capacitações profissionais a elas direcionadas de fato estimulam seu ingresso em segmentos inovadores ou mais valorizados do mercado de trabalho.

## **Evolução da escolaridade feminina e o Gap de renda**

A escolaridade no Brasil é baixa em geral, mas nesta área reside uma das grandes conquistas das brasileiras. Na realidade, a população como um todo teve um incremento significativo nos anos médios de estudo, mas um salto maior foi dado entre as mulheres, que conseguiram reverter a desigualdade histórica em relação aos homens no campo educacional. Atualmente as brasileiras com mais de 15 anos tem uma escolaridade média de 8,0 anos em áreas urbanas e 5,0 em áreas rurais enquanto os homens de 7,8 e 4,3 respectivamente (Tabela 9). Na população com 12 ou mais anos de estudo, que representa um curso universitário incompleto, 56,7% eram mulheres e 43,3% eram homens.

Há também deslocamentos importantes na concentração das profissões. A partir de dados do Censo Demográfico de 2000 constatou-se que, para além de estarem sobrerrepresentadas, as mulheres de nível universitário não estariam mais concentradas apenas nos cursos de graduação menos prestigiados, mas já tinham invadido clássicos redutos masculinos, como a medicina ou o direito (Guedes, 2007). A participação no mercado de trabalho, as horas semanais trabalhadas e os diferenciais em relação ao nível salarial masculino são dimensões diretamente articuladas ao nível de escolaridade das mulheres (Bruschini, 2002, 2004). O maior investimento na formação educacional resulta em um conjunto de valores menos orientado para a esfera doméstica e ocasiona, entre os segmentos mais escolarizados, em desejos e planos mais orientados para o mundo do trabalho. Nos grupos mais escolarizados os patamares de participação laboral feminina são bastante próximos dos masculinos. No entanto, como já constatado para a América Latina em geral, o aumento da escolaridade não tem sido revertido em igualdade nos ganhos advindos do trabalho. E apesar de serem

maioria no estrato mais qualificado de trabalhadores em diversas áreas, as mulheres continuam ganhando salários bem menores que os masculinos.

A relação entre dupla jornada e escolaridade é outro aspecto relevante também encontrado. Estudo com base na PNAD de 2006, mostrou que homens e mulheres tinham jornadas totais de trabalho – pago e reprodutivo – de 49 horas e 56 horas, respectivamente. No entanto, havia uma clara distinção na composição desta jornada. Os homens dedicavam em média 44 horas ao trabalho voltado para o mercado e 5 horas para a reprodução social, enquanto as mulheres tinham jornadas de 37 horas no mercado e 17 horas com afazeres domésticos. Na população masculina essas médias não variavam muito de acordo com a escolaridade do trabalhador. Por outro lado, entre as mulheres foram observados importantes diferenciais em cada segmento educacional. A população feminina menos escolarizada apresenta tempos médios de jornada de trabalho do mercado substancialmente menores, mas suas jornadas domésticas são em média 75% maiores que a das mulheres de nível universitário. Neste grupo mais escolarizado, diferentemente, a tendência de buscar uma melhor inserção no mercado de trabalho faz com que as mulheres tenham jornadas no mercado mais longas e deleguem as atividades domésticas a trabalhadores remunerados para exercê-las (Dedecca *et alii*, 2008). Esse quadro caracteriza claramente que, entre a população feminina, a escolarização relaciona-se positivamente com maiores jornadas de trabalho voltado para o mercado e negativamente com maiores jornadas de trabalho para a reprodução social.

Outra dimensão central da desigualdade de gênero aparece quando comparamos os diferenciais salariais em cada estrato educacional por sexo. Análise histórica deste diferencial nos últimos quatro Censos Demográficos, a partir da variável salário mínimo por hora trabalhada, mostrou que o diferencial salarial por sexo cresce progressivamente, conforme aumenta o estrato de escolaridade do grupo em questão. E o diferencial entre homens e mulheres do grupo com nível universitário é o que mais lentamente cai ao longo do tempo (Guedes, 2004). Nessa mesma linha, análise dos dados da PNAD de 2005 (Bruschini, 2007) mostrou que entre os trabalhadores inseridos em tempo integral e com nível universitário completo, 61,6% dos homens ganhavam mais de 5 salários mínimos enquanto apenas 35,3% das mulheres estavam neste estrato salarial mais alto. Esse dado sugere que mesmo com os intensos avanços femininos no campo educacional, os melhores postos de trabalho ainda estão concentrados em mãos masculinas. Em linhas gerais, este quadro reflete o desafio de entendermos as tra-

jetórias internas que vão da base até o topo da pirâmide de um dado setor, particularmente após a reversão do hiato de gênero na educação assistido ainda na década de 1990 no Brasil. Nesse sentido, é interessante indagar se o patamar próximo da igualdade não refletiria o fato de tanto mulheres quanto homens ainda estarem em início de carreira e por essa razão não terem tido progressões significativas.

Mas suspeitamos que a relação direta entre escolarização e diferencial salarial ocorre por mais razões. Em parte, esses diferenciais encontrados se explicariam pelo peso de coortes mais velhas de trabalhadores homens que estão em fim de carreira e por isso seriam mais bem remunerados. De fato, quando a variável idade é isolada, vê-se que entre as gerações mais jovens os diferenciais salariais por sexo são menores (Oliveira e Guimarães, 2009). Por um lado os trabalhadores de estratos educacionais mais baixos são uniformemente mal remunerados (rendimentos próximos da subsistência) e, por outro, contrariamente, a variabilidade de rendimentos no topo das carreiras é muito grande, o que gera uma diferenciação maior entre trabalhadores de mesmo nível educacional. Com o crescente investimento feminino em carreiras bem consolidadas será que os diferenciais salariais por sexo continuarão caindo a ritmos tão lentos quanto os das duas últimas décadas? Esse é um importante campo de pesquisa para futuros estudos.

## **Distribuição das Ocupações, Segregação e Renda**

A participação das mulheres no mercado de trabalho é marcada pela concentração na prestação de serviços. Essa área respondia por 30,7% da mão de obra feminina empregada, segundo dados da PNAD de 2001 (síntese dos indicadores sociais do IBGE). Em linhas gerais, o peso de todos os grupamentos de atividade do trabalho principal entre os homens é mais equânime (inserção laboral diversificada em vários setores) que na população de trabalhadoras. A partir de 2007, a PNAD incorporou novas categorias, através de mudança metodológica que apura melhor os tipos de atividades anteriormente englobadas no grupo dos serviços. A distribuição da mão de obra masculina aparece bastante próxima da observada em 2001. No caso das mulheres vemos uma concentração em três setores que apresentam praticamente o mesmo peso relativo: educação, saúde e serviços sociais (16,9%); comércio e reparação (16,5%); e serviços domésticos (16,4%). Ressalte-se a importância da maior visibilidade dos serviços domésticos como um novo grupamento de atividade do mercado de tra-

balho feminino. Analisando a distribuição salarial apenas dos grupamentos de atividades nos quais há concentração feminina (síntese dos indicadores sociais do IBGE) vemos que em todos os casos a distribuição de salários masculina e feminina é próxima, mas o peso relativo dos estratos mais altos é maior no caso dos homens. Ou seja, mesmo nestes redutos femininos os homens são mais bem remunerados, que as mulheres. A pior situação foi retratada pelas trabalhadoras de serviços domésticos, cujas remunerações estavam bastante concentradas (42,9%) entre meio e 1 salário mínimo. Este grupo também apresentou uma concentração expressiva no estrato salarial mais baixo (até meio salário mínimo), situação na qual 27,9% delas estavam no momento da pesquisa. Este quadro mostra a situação dramática deste contingente de trabalhadoras que, em sua ampla maioria, estão à margem até mesmo das leis trabalhistas que asseguram direitos mínimos ao trabalhador.

Entre os grupamentos de atividades nas quais há maior concentração de mão de obra masculina as desigualdades salariais por sexo são ainda maiores. Na indústria, por exemplo, (síntese dos indicadores sociais do IBGE) enquanto 4% dos homens ganhavam mais de 10 salários mínimos, apenas 1,5% das mulheres estavam neste estrato salarial. Por outro lado, no estrato mais mal remunerado (até meio salário mínimo) 2,6% dos homens e 14,5% das mulheres estavam inseridas no setor. Esses dados sugerem que possivelmente a maior concentração masculina relacione-se positivamente com maior discriminação, expressa em diferenciais salariais, em relação às mulheres que se inserem nestes segmentos. É importante destacar, contudo, que este é um olhar agregado dos dados. Não estão isolados nem o tempo de trabalho nem a escolaridade do trabalhador.

Os dados da PNAD de 2008 (Tabela 10), mostram que além da concentração feminina em diversos tipos de serviços e do menor peso de atividades industriais e agrícolas, há também uma menor proporção de mulheres nos cargos de dirigentes em geral (4,4% contra 5,9% dos homens). Este cenário esteve estagnado nos últimos cinco anos já que a distância entre a proporção masculina e feminina permaneceu inalterada: em 2003 os dados da PNAD mostravam que 4,1% das mulheres estavam nestes cargos de comando enquanto 5,6% dos homens.

## Considerações Finais

O presente trabalho foi em grande parte construído a partir de elementos de um esforço de pesquisa mais amplo que compõe o documento “Políticas públicas, responsabilidade social e empresarial e ações afirmativas: a dimensão de gênero”, que desenvolvemos dentro de um projeto do BNDES. O objetivo fundamental deste tópico foi traçar um diagnóstico socioeconômico geral a fim de que o delineamento de políticas públicas que visam a igualdade de gênero no mercado de trabalho e em esferas decisórias possa ser traçado com maior clareza.

As principais dimensões aqui discutidas apontam para um cenário no qual as mulheres já se encontram amplamente inseridas no mercado de trabalho, gozam de maior escolaridade e cada vez mais priorizam o investimento na vida pública em detrimento de um projeto exclusivamente familiar. Contudo, a persistência dos altos diferenciais salariais por sexo (mais intensos no grupo altamente escolarizado da população) e a segmentação da mão de obra feminina nos postos de menor prestígio e mais mal remunerados mostram o quanto ainda estamos distantes de um contexto de igualdade.

O contingente de mulheres trabalhadoras está em um franco processo de heterogeneização e a própria diferenciação entre distintos segmentos revela outras clivagens importantes que também marcam a dinâmica capitalista atual e se articulam com a dimensão de gênero. Diante do processo de afastamento entre o topo e a base da pirâmide salarial da população de mulheres empregadas cabe indagar-nos de que igualdade estamos falando.

## Anexo 1

Tabelas elaboradas a partir de dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) 2008

**Tabela 1** Distribuição percentual dos arranjos familiares com parentesco residentes em domicílios particulares, segundo o tipo, Brasil, 1998 e 2008

	1998	2008
Casal sem filhos	13,3	16,6
Casal com filhos	55,8	48,2
Mulher sem conjuge com filhos	16,7	17,2
Outros tipos	5	6

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

**Tabela 2** Proporção de arranjos familiares com pessoa de referênciado sexo feminino, segundo o tipo, Brasil - 1998, 2008

	1998	2008
Total	25,9	34,9
Unipessoais	4,4	5,9
Com conjuge	2,4	9,1
Sem conjuge	19,2	19,9

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008

**Tabela 3,** Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar per capita, segundo os tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência, Brasil, 2008

RENDA ARRANJO FAMILIAR	ATÉ 1/2 SM	1/2 S.M. A 3/4	3/4 DE SM A 1	1 A 2 SM	2 SM. +	SEM REDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
	<b>PESSOA DE REFERÊNCIA SEXO MASCULINO</b>						
Unipessoal	5,6	3,4	19,5	30	35,5	4,6	1,5
Casal com filhos	29,4	15,5	12,2	22,8	16,6	0,9	2,6
Casal sem filhos	11,3	10	14,6	30,9	29	1,5	2,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	21,1	13,9	12,9	25,5	19,9	3,4	3,2
Pessoa de referência sem cônjuge, sem filhos, com outros parentes	11,1	11,2	12,8	33,2	24,9	2,5	4,3
Pessoa de referência sem cônjuge, sem filhos, sem outros parentes, com agregados	2,9	3,9	10,8	40,7	37,9	0,6	3,2

PESSOA DE REFERÊNCIA SEXO FEMININO							
Unipessoal	3,8	2,3	25,8	27,6	35	3,1	2,4
Casal com filhos	26,4	16,8	12	23,3	16,6	1	4
Casal sem filhos	9,5	8,9	13,9	30,2	31,8	1,5	4,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	30,4	15,2	11,9	21,3	13	5,4	2,9
Pessoa de referência sem cônjuge, sem filhos, com outros parentes	18,7	13,4	15,1	26,1	20,8	2	3,9
Pessoa de referência sem cônjuge, sem filhos, sem outros parentes, com agregados	12,9	4,5	13,1	29,2	34,8	1,7	3,7

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

**Tabela 4** Proporção das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, Brasil, 1998/2003/ 2008

	1998	2003	2008
	42	44,4	47,2

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

**Tabela 5** Proporção das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo os grupos de idade, Brasil, 1998/2008

	1998	2008
10 a 15 anos	11,5	6,4
16 a 24	41,9	46,5
25 a 29	56	64
30 a 49	59,8	66,8
50 a 59	44,9	53,1
60 ou mais	18,7	20,3

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

**Tabela 6** Proporção das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e segundo a posição na ocupação, Brasil, 2008

	MULHERES	HOMENS
Empregado com carteira	29,2	38,4
Empregado sem carteira	13,7	19,8
Trabalhador doméstico com carteira	4,1	0,3
Trabalhador doméstico sem carteira	11,7	0,5
Militar e funcionário público	9,3	5,2
Conta própria	15,8	23,5
Empregador	2,9	5,6
Trabalhador na produção para pp consumo	6,4	3,1
Não remunerado	6,8	3,6
Total	100	100

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

**Tabela 7** Total de horas semanais médias trabalhadas por sexo das pessoas ocupadas, Brasil, 2008

	HOMENS	MULHERES
Até 14 horas	3,3	11
15 a 39 horas	15,4	30,3
40 a 44 horas	39,4	34,1
45 a 48 horas	17,5	11,3
49 horas ou mais	24,4	13,4

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.



**Tabela 8** Rendimento médio das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e posição na ocupação, Brasil, 2008

	MULHERES	HOMENS	RAZÃO SAL. FEM/ MASC
Empregado com carteira	884,82	1117,77	0,79
Empregado sem carteira	573,38	620,36	0,92
Trabalhador doméstico com carteira	510,53	640,47	0,80
Trabalhador doméstico sem carteira	297,51	403,61	0,74
Militar e funcionário público	1486,55	2118,62	0,70
Conta própria	589,53	902,84	0,65
Empregador	2496,82	3161,36	0,79
Trabalhador na produção para pp consumo	0	0	
Não remunerado	0	0	

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

**Tabela 9** Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo, Brasil, 2008

URBANA		RURAL	
Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
8	7,8	5	4,3

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

**Tabela 10** Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por sexo, e grupos de ocupações, Brasil, 2008

	MULHERES	HOMENS
Dirigentes em geral	4,4	5,9
Profissionais de Ciências e Artes	9,9	4,9
Técnicos de nível médio	8	6,9
Trabalhadores de serviços administrativos	13,1	6,2
Trabalhadores dos serviços	30,9	11,8
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	11,6	7,7
Trabalhadores agrícolas	12,8	19,6
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção	9,2	35,7
Total	100	100

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

## Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz; CORREA, Sonia. *Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo*. Seminário Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo, Belo Horizonte, agosto de 2009.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Seminário Internacional Gênero e Trabalho (MAGE/FCC)*, 2007.

\_\_\_\_\_. ; PUPPIN, Andrea. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*. v. 34, n. 121, jan.-abr. 2004 pp. 105-138.

\_\_\_\_\_. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou permanências de discriminações? Brasil (1985/95). In: ROCHA, Maria I. B. (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. pp.15-78.

\_\_\_\_\_. ; ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In \_\_\_\_\_. (orgs). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CEPAL. *Relatório de pesquisa. Contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina*. Santiago do Chile: CEPAL, 2009.

DEDECCA, Cláudio S.; RIBEIRO, C.S.M.; HAJIME, Fernando. Ocupação e tempo de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16 a 20 de setembro de 2008, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2008. 22p.

GARCÍA, Brígida; OLIVEIRA, Orlandina. Dinâmica familiar em hogares com jefatura femenina en México. In *Papeles de Población*, n. 43, enero-marzo 2005. p29-52.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. In: *História Ciências Saúde – Manguinhos*. v. 15, n.3, jul.-set. 2008. p 117- 132.

\_\_\_\_\_. *As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho (Brasil: 1970-2000)*. 104 f. 2004. Dissertação. (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE. Rio de Janeiro, 2004.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Comunicado nº 34*. 2008.

GUIMARÃES, N. A.; ALVES DE BRITTO, M. M. Genre, race et trajectoires: Une comparaison entre Paris et São Paulo In: MARUANI, M.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (eds.). *Marché du Travail et Genre: Comparaisons internationales France-Brésil*, Paris: La Découverte, 2009. chapitre 3.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, 1996.

OLIVEIRA, Elisa H. de. *Arranjos Unipessoais no Brasil 1997-2007: uma análise sócio-demográfica e de gênero das pessoas que moram sozinhas*. 98 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais). Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE, Rio de Janeiro, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Tendencias mundiales del empleo de las mujeres*. Ginebra: OIT, marzo de 2009.

SORJ, Bila. Legislação trabalhista, políticas públicas e igualdade de gênero. In *Perspectivas e Críticas feministas sobre as reformas trabalhista e sindical*. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Fundo para a Igualdade de Gênero, Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 2006.